

Incubação de empreendimentos turísticos solidários para o desenvolvimento nas comunidades tradicionais em Guaraqueçaba (PR)

Isabel Jurema Grimm*

Carlos Alberto Cioce Sampaio**

Patrícia Betti***

Resumo

Promover o protagonismo de comunidades no processo de desenvolvimento do turismo local tem estimulado a constituição de incubadoras de empreendimentos solidários. Tal processo amplia a intervenção social, política e econômica do poder público e fortalece a organização comunitária para responder as questões de geração de trabalho e renda, com base em experiências solidárias e cooperativas. Nesse artigo são analisadas as ações da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFPR) no processo de formação da cadeia produtiva do turismo comunitário, em Barra do Superagüi, município de Guaraqueçaba, Paraná. Metodologicamente compõe-se de estudo de caso, com observação direta e entrevistas com gestores do projeto. Os resultados apontam indícios da incubação de empreendimentos turísticos contribuir para fortalecer a comunidade local com vistas ao desenvolvimento territorial, e na articulação de ações do projeto com políticas públicas de economia solidária e do turismo, que surgem em comunidades, que desejam oferecer produtos, serviços e atrair visitantes.

Palavras-chave: Turismo comunitário; incubadora; desenvolvimento territorial sustentável.

* Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-doutoranda em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

E-mail: isabelgrimm@gmail.com

** Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Universidade Regional de Blumenau), Gestão Ambiental (Universidade Positivo) e Meio Ambiente e Desenvolvimento (Universidade Federal do Paraná). E-mail: carlos.cioce@gmail.com

*** Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná.

E-mail: patibetti@gmail.com

Artigo recebido em 24/09/2015, atendimento das recomendações 30/04/2017 e aceito em 15/05/2017.

Abstract

Incubation of solidary tourist enterprises for development in traditional communities in Guaraqueçaba, Paraná

Promote the protagonism of communities within the process of tourism development has stimulated the creation of incubators of solidarity enterprises. The referred process, broadens the social, political, and economic intervention of the public power and also strengthens the community organization in order to jointly answer the questions as such as, generation of work and income. This article aims to analyse, the actions of the Technological Incubator of Popular Cooperatives in a process to create the chain of community tourism. Methodologically, composed for a case study, with direct observation and interviews with project managers. The results point to hints of the incubation of solidary tourism ventures to contribute to the strengthening of the local community with a view to territorial development, and the articulation of actions of the project with the public policies of solidarity economy and tourism, in communities, which wish to offer products and services to attract visitors.

Keywords: Tourism Community; Incubator; Sustainable Regional Development.

1. Introdução

O turismo de base comunitária pode apresentar potencial em países e regiões com poucas outras exportações competitivas, ou em áreas que apresentem vulnerabilidade das atividades econômicas tradicionais, comprometendo a subsistência de muitas populações. Tais comunidades aderem ao associativismo por meio de cooperativas e outras modalidades de organizações comunitárias, em que a economia solidária busca contrapor ao desemprego e à precarização do trabalho.

As associações cumprem o papel de ser um novo “ente” turístico, articulando entre políticas públicas para o turismo, e a vontade competitiva do empreendedor privado. Serve como instrumento de mobilização das comunidades em que estão inseridos os atrativos e empreendimentos turísticos (BRANDATTI, 2006).

Ao tratar-se de empreendimentos solidários destaca-se o papel das incubadoras – organizações que desenvolvem ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários atuando como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão. São priorizados grupos organizados tanto formal quanto informalmente, chamados de sócio empreendimentos compartilhados, e que sobrevivem sob a égide da economia de mercado.

Nesse contexto, despontam ações desenvolvidas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFPR), um programa de extensão e pesquisa vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Com foco interdisciplinar envolve técnicos, professores e alunos. Sua missão é a afirmação da cidadania por meio de ações cooperativistas e movimentos sociais como sindicatos, associações de moradores e o poder público.

Diante do exposto objetiva-se analisar as ações das ITCP-UFPR no processo de incubação na cadeia produtiva do turismo comunitário em Barra do Superagüi, município de Guaraqueçaba (PR), observando suas contribuições para o desenvolvimento local.

A metodologia utilizada se insere na proposta de Yin (2001): o estudo de caso. Essa estratégia segundo o autor facilita o exame de eventos contemporâneos, quando não é possível manipular comportamentos relevantes. As técnicas utilizadas são a observação direta, a participação em reuniões e, entrevistas com participantes do projeto de incubação. Os resultados apontam indícios da incubação de empreendimentos turísticos solidários contribuir para o fortalecimento da comunidade local, na formação de agentes locais com vistas ao desenvolvimento do turismo comunitário, e na articulação de ações do projeto com as políticas públicas de economia solidária e do turismo.

2. Desenvolvimento territorial

O desenvolvimento territorial é uma estratégia que valoriza potenciais, atores locais e suas dinâmicas. Estimula a busca de parcerias, as escolhas de desenvolvimento de uma coletividade e “designa todo o processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PECQUEUR, 2005, p. 12).

Uma vez que o território é unidade de referência para os processos de investigação, aprendizagem e intervenção, pode ser entendido como o espaço habitado no qual se estabelecem relações de poder horizontais e verticais (SANTOS, 1988). Desta forma, as horizontalidades são entendidas como domínios de contiguidade, ou seja, representam lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial. Por outro lado, as verticalidades configuram-se em pontos distantes uns dos outros, que seriam ligados por formas e processos sociais de globalização.

O território oferece chances de inclusão do particular no global, pelas oportunidades de desenvolvimento de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes dão visibilidade. O território é fundamentalmente um espaço definido e limitado por, e a partir, das relações de poder (SOUZA, 2002). O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas agir em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; ele pertence a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido (ARENDDT, 1985).

No caso dos territórios rurais (como o caso do município de Guaraqueçaba no Paraná) especialmente, existem ativos e processos específicos cuja valorização supõe uma ação coordenada: é o caso tanto do aproveitamento de amenidades naturais e do patrimônio histórico, como da colocação em mercados dinâmicos dos produtos, dos conhecimentos produtivos tradicionais, das habilidades artísticas, culinárias e da própria tradição folclórica de uma certa população (ABRAMOVAY, 2005, p. 3). Evidentemente que estas formas de globalização coabitam os espaços físicos. A diferença encontra-se nas funcionalizações dos territórios, nos seus usos. Nessa perspectiva, o autor destaca a possibilidade de conflitos entre o espaço local físico e o espaço global, habitado por um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidas para servi-los (verticalidades).

O conceito de território inclui ainda a noção de patrimônio sociocultural, e a necessidade de mobilização dos recursos e das competências por meio de atribuições de responsabilidades sociais, por meio de processos participativos. A ocupação do território é vista como geradora de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (SOUZA, 2002).

O território induz ao debate porque amplifica nosso olhar e diversifica as possibilidades de compreender, sistematizar e modificar a realidade complexa. O

território é uma referência globalizante, algo que está sendo construído em paralelo ao conceito de globalização, opondo-se por vezes a este pelas possibilidades que oferece de reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais no enfrentamento à pretensão uniforme da ideia de globalização (GRIMM, 2010).

No entanto, Boisier (1996) adverte para a importância de se organizar os territórios por meio de ações descentralizadas, e dinamizar as sociedades locais a potencializar iniciativas de caráter fomentador, como forma de promover a competitividade e a competência do sistema produtivo local, bem como oportunizar as decisões coletivas, em contraponto às pressões exercidas pela economia global.

Desenvolver alternativas ao desenvolvimento garante a investigação das questões socioambientais concretas do território, criando bases para intervenções cada vez mais autênticas, desafiadoras e transformadoras. A identificação de grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental e das potencialidades, problemas e conflitos entre diferentes agentes que atuam no território, permitem a análise da situação socioambiental vivida pelas comunidades locais, a partir do seu lugar de vida, convivência, trabalho e relações sociais (ALCANTARA *et al.*, 2017).

Diante disso, comunidades, organizações sociais, universidades, setor público e privado têm se organizado, aliando esforços com objetivo de proteger o território onde se inserem para melhorar a qualidade de vida de suas populações. Estas compartilham preocupações similares na procura e construção de espaços socioambientais mais saudáveis, onde possam desenvolver seus territórios promovendo trabalho e renda. Neste momento, é oportuno destacar que o “turismo comunitário abre espaço para as comunidades que aderem ao associativismo por meio de cooperativas e outras modalidades de organização comunitárias” (GRIMM *et al.*, 2015), poderem fazer parte das atividades turísticas, adequando-se como núcleos receptores de visitantes.

3. Turismo comunitário: estratégia de desenvolvimento sustentável

O modelo de turismo adotado pelos grandes empreendedores e governos neoliberais, tem como objetivo acumular lucros, por isto não cumpriu, e provavelmente não cumprirá as promessas de gerar trabalho e renda e distribuir os benefícios sociais e econômicos para todos. Estas ideias vão ficando nos discursos, não chegam às políticas. Mas, contraditoriamente, a atividade turística deixa lacunas não ocupadas pelo grande capital, que passam a ser oportunidade para aqueles excluídos desta concentração, criando-se assim uma forma de turismo alternativo, solidário, sustentável e comunitário (SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 12-24), que pode ser capaz de colaborar com a redução da pobreza em conformidade aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Emerge assim, uma outra forma de turismo, o turismo de base comunitária, capaz de promover o protagonismo das comunidades receptoras (IRVING, 2009) enaltecendo modos de vida, afirmação de identidades e a preservação da biodiversidade.

A atividade, apesar de presente no debate e nas discussões promovidas pela academia, ainda não apresenta consenso em sua definição. Foi a obra de Murphy (1985), que pela primeira vez, apresentou o conceito de turismo comunitário, abordando aspectos relacionados com o turismo e as áreas rurais dos países em desenvolvimento e, em trabalhos de Richards e Hall (2000), onde o turismo aparece como “ferramenta” para a redução da pobreza.

Desde então, surgem diversos conceitos, possibilidades de abordagens e entendimentos sobre esta modalidade de turismo: turismo comunitário, turismo de base comunitária, ou turismo comunitário, solidário e sustentável¹ como denominado por (SAMPAIO *et al.*, 2011). Embora não haja uma definição única e amplamente aceita, a literatura específica considera como elemento comum o protagonismo e a participação da comunidade local na gestão da atividade turística, e no desenvolvimento de seu território.

Apesar de uma prática recente, o reconhecimento da visibilidade do turismo comunitário é observado na literatura e em programas oficiais de fomento da atividade turística. Solidificado como uma proposta na escala local, centrado nos recursos endógenos (humanos, naturais, culturais e de infraestrutura) das comunidades, na solidariedade dos atores envolvidos, vincula-se à promoção da conservação ambiental, valorização da identidade cultural e diversificação econômica nas comunidades receptoras.

Destaca-se que a modalidade não designa um novo tipo de turismo ou segmento de mercado criado para atender a uma demanda específica, mas sim uma estratégia que pode colaborar como alternativa complementar para geração de trabalho e renda, em comunidades tradicionais ou que apresentem vulnerabilidade socioeconômica.

Para Hiwasaki (2006), o turismo comunitário deve buscar a capacitação dos membros comunitários e a apropriação de meios de produção e de consumo, que se dará por meio do empoderamento da comunidade local e da participação desses no planejamento e gestão das atividades turísticas. Para o autor, as “atividades devem proporcionar a conservação dos recursos naturais e culturais da localidade e do seu entorno, seguidas de ações que potencializem o desenvolvimento econômico e social do território” (p. 677) privilegiando um fluxo de visitantes que se comprometam com as questões sociais e ambientais do local.

O turismo com o significado comunitário sugere também alteridade entre modos de vida. Comunidades que conservam modos de vida tradicionais podem contribuir para melhor compreender-se que bem viver não é necessariamente sinônimo de alto padrão de consumo, como que fosse possível comprar felicidade. Comunidades não urbanas podem servir de laboratórios do bem viver, para que residentes e partícipes de modos de vida urbanizados, que por mais que tenham suas unidades familiares bem equipadas, ainda assim, sentem necessidade de preencher o esvaziamento imaterial provocado por uma sociedade de consumo (SAMPAIO *et al.*, 2014).

É necessário, portanto resgatar a percepção (visão de mundo) das comunidades domésticas, do que elas podem promover, com seus próprios recursos e potencialidades (endogeneidade), transformando o território comunitário em um espaço de decisão e valorização de suas identidades com respeito ao ambiente. Quanto ao visitante, este deve perceber que este turismo não se limita apenas à observação ou ainda, à vivência com as comunidades tradicionais (autóctones), mas ao envolvimento do visitante com projetos de vida, com a natureza, com a outriedade (GRIMM; SAMPAIO, 2012).

Postas as potencialidades que o turismo comunitário pode proporcionar aos agentes envolvidos, a atividade pode ser caracterizada como elemento que contribui para melhoria da qualidade de vida da população, para prosperidade dos micro-empresendimentos e consequentemente do desenvolvimento de seus territórios.

4. Comunidades tradicionais e o turismo comunitário

Ao buscar conceituar as populações tradicionais, nos deparamos com uma infinidade de elementos que embora, genéricos e artificiais, ao serem utilizados foram sendo incorporados ao debate. Diegues (2008, p. 77) aponta a importância em definir cada um desses elementos para que se evite o uso equivocado dos mesmos.

Populações tradicionais podem ser compreendidas como um contíguo de moradores que reafirmam as tradições locais pertencentes a um sistema social mantido por gerações. Caracterizam-se pela dependência aos recursos naturais; conhecimento aprofundado que possuem da natureza; pela noção de território e espaço onde o grupo se reproduz social e economicamente; pela ocupação do mesmo território por várias gerações; pela importância das atividades de subsistência; pela importância dos símbolos, mitos e rituais associados as suas atividades; pela utilização de tecnologias simples, com impacto limitado sobre o meio; pela autoidentificação ou pela identificação por outros de pertencer a uma cultura diferenciada (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 27).

Esses grupos de acordo com Arruda (1999), se diferenciam daqueles que compõem a população urbana-industrial, pois “refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais” (p. 82), se distanciam, mesmo que em parte, da lógica produtivista consumista que caracterizam contemporaneamente as comunidades urbanas.

Visto que a definição de população tradicional, depende das diversas vertentes antropológicas, faz-se necessário um estudo com maior aprofundamento sobre o assunto que, entretanto, não é o foco neste artigo.

De toda forma, destaca-se que uma das dificuldades da utilização do termo populações tradicionais se encontra na diversidade étnica mundial (a qual contempla muitos povos e populações que não se autoidentificam dentro da generalização

que se refere aos mesmos como indígenas ou tradicionais), e nas traduções do termo em inglês *indigenous people*, que apresenta múltiplos significados de acordo com o idioma e o contexto no qual é traduzido (DIEGUES, 2008, p. 82).

Um aspecto característico dos povos tradicionais ocorre pela formação da consciência ecológica em prol do equilíbrio autossustentável. A capacidade que estes possuem de se relacionar com um meio ecológico complexo, identificando, por exemplo, as diferenciações na fauna e na flora, as diversas espécies existentes, suas formas de vida e funções, pode ser considerada prova do patrimônio cultural, graças a um saber prático que valoriza e preserva os ecossistemas e que muitas vezes é visto como práticas improdutivas pelas sociedades modernas (CASTRO, 2000, p. 166). Entretanto Arruda (1999) destaca que:

Embora estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental (p. 83).

Esses modos de vida, produção e conhecimento caracterizam-se como principal atrativo do turismo comunitário, pois são as forma de viver em harmonia com a natureza que se tornam referência, marco de identidade local, potencializam-se como atrativos turísticos, distanciando-se da espetacularização, rompendo com a lógica urbana, individual e materialista (CORIOLANO, 2003; SAMPAIO *et al.*, 2011).

São muitas as experiências de turismo comunitário, que valorizam práticas culturais e favorecem a distribuição dos benefícios econômicos entre os envolvidos. A pesca, agricultura, artesanato, culinária, danças, festas e toda forma de vida diária que comporta fazeres e saberes próprios destas comunidades se constitui em atrativo turístico e é isso que o visitante quer conhecer. Mas, o turismo deve ser sempre uma atividade econômica secundária, complementar, não devendo substituir as formas tradicionais de produção (IRVING, 2009; GRIMM; SAMPAIO, 2012; HANAFIAH *et al.*, 2013).

O turismo comunitário possibilita ao turista contato com o patrimônio das comunidades que acolhem. Aumenta a autoestima dos autóctones identificados muitas vezes como comunidades tradicionais, para que percebam e valorizem seus modos de vida, mesmo quando estes se encontram distanciados dos padrões de consumo próprios da vida tipicamente urbana.

Como promotor de desenvolvimento, a atividade turística tem sido especificamente reconhecida como uma abordagem que visa facilitar o desenvolvimento em comunidades desfavorecidas economicamente. No entanto, a realização deste potencial é muitas vezes difícil e pode também ser posta em causa pela falta de estruturas específicas destinadas a facilitar o processo de desenvolvimento e gestão

da atividade (GIAMPICCOLI *et al.*, 2014). Neste ponto, cabe destacar a importância da construção do processo participativo derivado de ações institucionais que visem incubar grupos populares na perspectiva do trabalho associativo na cadeia produtiva do turismo.

5. Material e métodos: caracterização do estudo

5.1 A pesquisa

O estudo foi realizado a partir de análise bibliográfica. Para o construto teórico, considerou-se o tema turismo de base comunitária e seu potencial para o desenvolvimento territorial. Foram analisados artigos disponíveis na base de dados da CAPES (periódicos) *scielo*, *sciencedirect*, *sbecotur* no período de 2008 a 2015. A seleção se baseou nas palavras turismo comunitário, desenvolvimento e comunidades tradicionais, constantes no título, resumo ou palavras-chave e disponíveis nos idiomas português, espanhol e inglês. Ao serem localizados, os artigos passaram a compor os dados de uma planilha *Excel*. Posteriormente, realizou-se a análise dos textos e o constructo teórico.

Paralelamente, ocorreu a pesquisa de campo, cujas técnicas utilizadas são a participação em reuniões da ITCP, observação direta e entrevistas não estruturadas junto aos membros do projeto: Economia Solidária e Turismo em Paranaguá, que foi desenvolvido no período de 2014 e 2015, no município de Guaraqueçaba, pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná. Para a apresentação dos resultados utilizou-se o relato de caso, que se o insere na proposta de Yin (2001), como estratégia para facilitar o exame de eventos contemporâneos, quando não é possível manipular comportamentos relevantes.

Na análise do conteúdo, os dados foram tratados de maneira a serem significativos e válidos e compõem os resultados, de acordo com as informações coletadas: a) o diagnóstico participativo realizado pela incubadora nas comunidades; b) o momento de construção de aprendizagens e de processos de cooperação; e c) a consolidação do programa de incubação na comunidade de Barra do Superagüi em Guaraqueçaba (PR).

5.2 A Incubadora Tecnológica Federal do Paraná (ITCP)

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFPR) é um programa de extensão e pesquisa vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UFPR. Sua missão é a afirmação da cidadania por meio de ações cooperativistas, tendo como objetivo estimular a autogestão e respeito ao saber popular, proporcionar a geração de trabalho e renda, e o apropriar-se da condição de cidadão.

O público alvo do projetos desenvolvidos pela incubadora é composto por autônomos, subempregados, pessoas abaixo da linha da pobreza, pequenos produtores rurais que estão à margem do processo produtivo, e que residem em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o objetivo da inserção no mercado de trabalho e consequentemente renda (ITCP, 2014).

A ITCP surgiu de uma ação no seminário nacional de divulgação de incubadoras realizado pela coordenação do programa de Pós-graduação em Engenharia da Universidade do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) na Universidade Federal do Paraná, com apoio da administração central, PROEC e a administração do Ministério do Trabalho. Suas ações eram então financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e pela UFPR, assim a universidade se alinhou com os movimentos sociais e organizações comunitárias, passando a atuar nos programas do Governo Federal.

Com a implantação da UFPR litoral em 2006, a extensão dos projetos desenvolvidos pela incubadora passaram a ter atuação pontual no litoral. Suas atividades foram ampliadas com a abertura de uma frente em Foz do Iguaçu e outra em Tunas (PR). Também passou a fazer parte da Rede das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos, interligando-se a dezenove universidades latino-americanas, sob a coordenação da Universidade de Sherbooke (Canadá), a qual é financiada pela agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI), propiciando o incentivo à produção científica.

Para Urbano e Dias (2015, p. 30), “o processo de incubação ideal, requer fatores fundamentais combinados à prática da autogestão, cooperação, estabelecendo um equilíbrio de atuação coletiva”, buscando-se afirmação da cidadania por meio de ações cooperativistas de movimentos sociais e o poder público, tendo como objetivo estimular a autogestão e respeito ao saber popular. Para Grimm *et al.* (2015), a incubação

[...] compromete-se com o processo de desenvolvimento territorial de caráter endógeno e fornece as bases para concretização de redes solidárias, o que contribui para ampliar as condições de sustentabilidade dos empreendimentos e o fortalecimento do sentido de comunidade (p. 80).

É nas comunidades, nos territórios que surgem as experiências associativas no campo do turismo comunitário. É onde a solidariedade e a cooperação aparecem, possibilitando o desenvolvimento econômico e social de todos os moradores (CORIOLANO, 2003; SAMPAIO *et al.*, 2011), unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição.

O direcionamento dos esforços dos projetos e os resultados das pesquisas desenvolvidas pela incubadora visam à melhoria da qualidade de vida nas comunidades incubadas. Oferecendo formação em economia solidária, para que a comunidade conheça a doutrina e as implicações de trabalhar coletivamente,

os objetivos da ação transformadora definem aspectos prioritários que merecem aprofundamento, e as áreas de atuação onde a incubadora deve trabalhar com a comunidade.

Baseada na autogestão e no compartilhamento coletivo de decisões e de resultados de um empreendimento, a economia solidária, muito conhecida pelo modelo cooperativista, é uma opção que tem se revelado tão democrática quanto eficaz como solução de geração de trabalho e renda sem patrão. O programa tem realizado a capacitação de comunidades em economia solidária a partir de conhecimentos referentes às “implicações” do que seja o trabalho coletivo. Tem como base a pesquisa de campo para identificar a melhor proposta de trabalho e então apresentá-la à comunidade. Juntos, comunidade e incubadora realizam um plano de negócio para implementar uma ação associativa ou cooperativista, até que a comunidade ou a nova cooperativa/associação adquira capacidade de caminhar com recursos endógenos.

A estratégia metodológica da ITCP encontra-se estruturada em três eixos: pré-incubação onde é feita uma sondagem preliminar da comunidade, identificando a existência de associações e cooperativas, mobilização, diagnóstico participativo e um curso básico de cooperativismo; a incubação que se constitui no processo dialógico de formação continuada dos atores e o planejamento estrutural do Projeto da Cooperativa; e a desincubação que trabalhada desde o início da incubação consiste em gradativamente desvincular a cooperativa da incubadora sem, no entanto, deixar de orientá-la quando necessário (ITCP, 2014).

Com aprovação do Projeto: Economia Solidária e Turismo em Paranaguá, financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a ITCP, passa a desenvolver a partir de agosto de 2014, no município de Guaraqueçaba, mais especificamente em Barra do Superagüi, ações com o objetivo de estudar as possibilidades de economia solidária na cadeia produtiva do turismo.

6. Primeiros resultados

6.1 O recorte de ação: Barra do Superagüi, município de Guaraqueçaba (PR)

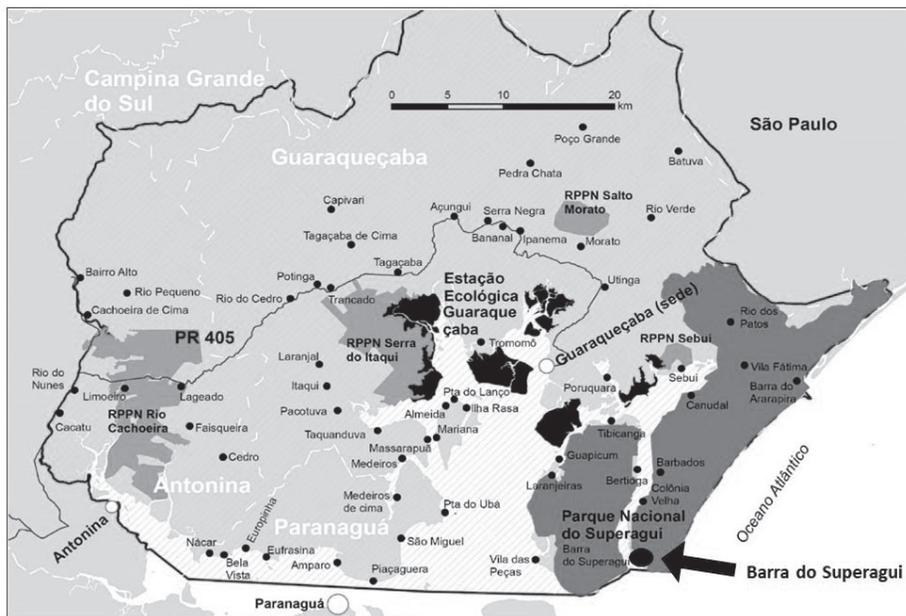
O município de Guaraqueçaba, possui uma população estimada de 7.944 habitantes (IBGE, 2016). Localizada na porção norte do litoral do Paraná, apresenta baixos IDH, estando em 396º posição, entre os 399 municípios paranaenses (IPARDES, 2010). Tal indicador, é utilizado para avaliar a qualidade de vida das cidades brasileiras. Entretanto, com reflexões instrumentais, tal índice fornece de modo insatisfatório, uma noção sintética sobre o bem-estar humano de determinado território, não podendo, portanto, ser o único instrumento de mensuração.

Em Guaraqueçaba a baixa renda, desemprego e falta de políticas públicas que viabilizem o uso regular do solo pela faixa da população mais vulnerável

economicamente, aumenta a ocupação de áreas impróprias (encostas, mangues e alagáveis). Somam-se a este cenário questões de ordem ambiental, próprias da atividade pesqueira, e coaduna o fato dessas comunidades estarem inseridas em uma unidade de conservação. Políticas voltadas para a conservação e proteção do meio ambiente, especialmente em regiões de elevada biodiversidade marinha e costeira, onde populações que baseiam seus modos de produção na exploração direta de recursos naturais acabam sendo limitadas pelas normas e leis que coíbem alternativas de subsistência. Esta situação motiva conflitos constantes entre moradores e gestores da unidade (FARACO, 2012; WIVEKANANDA *et al.*, 2015).

O município abriga populações tradicionais de pescadores artesanais e agricultores familiares (CUNHA, 2007). Esta população rural, agrupa-se em comunidades situadas no continente e nas ilhas (Figura 1). Nas comunidades inseridas na área do Parque Nacional do Superagüi, contabilizam-se 316 moradores. A organização econômica local, funda-se na pesca e/ou lavoura, desenvolvida em moldes tradicionais, alternando-se conforme a época, sendo, tanto uma como outra atividade, exploradas a partir das especificidades do ambiente, mediante tecnologia rústica ou artesanal (CUNHA; ROUGELLE, 1989; FARACO, 2012).

Figura 1 – Mapa de localização do Município de Guaraqueçaba com destaque para Barra do Superagüi (PR)



Fonte: ITCP, 2014.

O território é detentor de áreas de preservação como APA de Guaraqueçaba, além do Parque Nacional do Superagüi, Estação Ecológica de Guaraqueçaba, ARIE das Ilhas do Pinheiro e Pinheirinho, e RPPNs de Salto Morato e Sebuí (IPARDES, 2010). Esse cenário demonstra contradições sociais e ambientais vivenciadas pela população tradicional ali localizada.

A criação de Unidades de Conservação (UCs) contribuiu para conter os conflitos fundiários existentes na região há décadas, controlar a caça predatória e proteger as práticas tradicionais da população caiçara. No entanto, a restrição de uso do território e ações baseadas numa concepção conservadora, que ignorava o saber tradicional, contribuiu na geração de conflitos entre populações tradicionais estabelecidas no interior ou entorno das áreas protegidas e gestores destas unidades. Além disso, o desenvolvimento e interesse de turistas pela região deu início a um novo processo de transformação socioeconômica no município.

As populações existentes no entorno do Parque Nacional do Superagüi e ainda dentro dele dedicam-se quase que exclusivamente à pesca, sendo que apenas uns poucos continuam plantando mandioca, banana e milho. A organização econômica dessas comunidades fundada na pesca e/ou lavoura, é desenvolvida em moldes tradicionais, alternando-se conforme a época, sendo, tanto uma como outra atividade, exploradas a partir das especificidades do ambiente, mediante tecnologia rústica ou artesanal. O produto obtido da pesca depende muito da localização geográfica da comunidade, a qual não costuma se afastar do local em que habita para desempenhar suas atividades (CUNHA; ROUGELLE, 1989; FARACO, 2012).

Diante das dificuldades socioeconômicas e geográficas enfrentadas pelo município, faz-se necessário pensar em alternativas econômicas, ofertando à população local (continente e ilhas) oportunidade de trabalho e renda, continuidade das atividades produtivas tradicionais e que colaborem com a preservação do patrimônio cultural e natural do território.

6.2 Primeiros resultados

Com a participação nas reuniões do grupo e com as entrevistas junto aos membros do projeto, foi possível identificar e sistematizar a proposta do trabalho realizado pela incubadora em três momentos: (a) o primeiro, tem sua ocorrência a partir do envolvimento da equipe do projeto com agentes externos para sondagem preliminar do local e aproximação com moradores para realização do diagnóstico participativo; (b) o segundo, como momento de construção de aprendizagens e de processos de cooperação; e, (c) o terceiro, pode ser compreendido como de consolidação do programa de incubação e o apontamento de resultados.

Momento (a): anterior ao processo de implementação da atividade turística pela incubadora ocorreu a verificação da disponibilidade de recursos, a existência de potenciais mercados, aferição para saber se a localidade necessita e deseja

o turismo para atingir seus objetivos de desenvolvimento, e avaliar a existência de infraestrutura e capacitação dos moradores para dar suporte à atividade. No processo de implantação do projeto esta é uma questão muito discutida e avaliada entre os membros da incubadora, pois promotor da cooperação e da associação o turismo comunitário deve envolver o maior número de moradores interessados, fomentando a solidariedade e a inclusão.

Assim, o primeiro passo foi estabelecer uma relação de confiança com a comunidade. Em Barra do Superagüi, assim como em diversas comunidades da região, há constante presença de universidades e ONGs desenvolvendo pesquisas e projetos que nem sempre trazem benefícios às comunidades locais. Muitos pesquisadores não cumprem com o que se comprometem, ou simplesmente não retornam ao local trazendo os resultados dos trabalhos.

Desse modo, há compreensível descrédito entre pessoas, sendo necessária aproximação aos poucos. Inicialmente os membros da equipe recorreram àqueles que conhecem a região e puderam apresentar suas experiências, visões e impressões. Em reuniões semanais na ITCP pesquisadores da UFPR e analistas ambientais do Parque Nacional do Superagüi tiveram fundamental participação apresentando a realidade local, que se constituiu em base para discussões e reflexões sobre o território, seus moradores e suas necessidades.

A equipe do projeto realizou viagens ao local para reconhecimento da comunidade. Participaram alunos bolsistas e técnicos da ITCP. Ao retornar a equipe se reuniu para debater a respeito dos dados e informações obtidas em campo, e que foram fundamentais para subsidiar as decisões de intervenção.

Durante a fase de diagnóstico, foram identificadas dificuldades em reunir a população da Barra do Superagüi na tentativa de realizar o trabalho em grupo. Compreendendo que normalmente há divisões entre os grupos, sejam em pequenas comunidades ou mesmo em sociedades mais complexas, tomou-se o cuidado de envolver a comunidade escolar, desde a primeira reunião, por entender-se esse espaço como apropriado e “neutro”.

Momento (b): é realizada a primeira reunião com convites sendo distribuídos nas casas dos moradores e espalhando cartazes em pontos estratégicos, para que boa parte dos moradores tivesse conhecimento de que a ITCP/UFPR estava no local e iria apresentar o projeto e sua proposta de intervenção.

Em dois dias de trabalho, seriam diagnosticadas e hierarquizadas as demandas da comunidade e posteriormente planejadas ações iniciais para a resolução dos problemas locais.

Na primeira reunião mais de vinte comunitários estavam presentes. A ITCP/UFPR apresentou o projeto do Turismo de Base Comunitária na perspectiva da Economia Solidária como possibilidade de desenvolvimento territorial. Propôs um diagnóstico participativo possibilitando a participação de todos. Foram indicados como problemas locais: o tratamento dos resíduos sólidos, abastecimento insuficiente de água e a presença de drogas ilícitas.

O evento desenvolvido pela comunidade, valoriza a cultura caiçara e incentiva o Fandango – dança tradicional do litoral paranaense. A gastronomia local, baseada na pesca tradicional, principal atividade econômica da comunidade, oferece pratos variados com base de camarão.

De acordo com os organizadores, o objetivo da festa é captar recursos para as atividades da Associação dos Moradores, e suprir as necessidades mais emergentes da comunidade. Atividades de lazer e culturais como corridas de canoa, jogos esportivos, apresentações de dança e música tradicionais estão na programação. Shows e bandas musicais também se apresentam durante o evento. Em 2016 foi inaugurado uma brinquedoteca, onde as famílias da ilha poderão emprestar livros, brinquedos, jogos de tabuleiro, além de participar de oficinas variadas como música, artes, teatro, fotografia, entre outros. Em 2017 acontecerá a 4ª edição do evento.

No contexto da Festa do Camarão de Superagüi, a incubadora juntamente com a comunidade local, desenvolveu ações de cooperação, participação e tomada de decisão que culminaram na realização desse evento, que pode ser considerado como projeto de economia solidária. Os resultados apontam indícios da incubação de empreendimentos turísticos solidários, na forma de um evento gastronômico, poderem contribuir para o fortalecimento da comunidade local, formação de agentes locais com vistas ao desenvolvimento territorial e na articulação de ações do projeto com as políticas públicas de economia solidária e do turismo.

7. Considerações

Comunidades tradicionais podem ser consideradas mais vulneráveis no aspecto social, econômico e ambiental, pois, mantêm uma relação intensa com o meio ambiente natural, dependendo deste para sua sobrevivência e manutenção das suas representações sociais. Lutam por melhor distribuição de renda, numa realidade onde é sentida a falta de postos de trabalho e políticas públicas de desenvolvimento.

Essas populações, em muitos casos, vislumbram diversas oportunidades possíveis proporcionadas pelo desenvolvimento do turismo, sobretudo com a oferta de trabalho e renda. Tornam-se núcleos de acolhimento de turistas, surgindo, assim, os destinos preferenciais do turismo de base comunitária.

Neste contexto, as ações da incubadora contribuíram para a realização e consolidação da festa, surgida da tomada de decisão do grupo comunitário, e deixa importante legado que abre caminho ao turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento local.

No entanto, a agenda imposta pela chamada que financia o projeto, impõe um cronograma incompatível com o tempo das comunidades. Diante disso é necessário dar continuidade ao projeto para que contemple na próxima fase, ações com vistas ao desenvolvimento do turismo de base comunitária, que só acontece quando a comunidade participa, deseja e quando fatores fundamentais de infraes-

trutura básica (saúde, água potável, energia, educação etc.) existem na comunidade e atendem aos moradores.

A ação da incubadora, neste sentido não buscou somente alternativas econômicas e reinserção dos grupos excluídos do mercado de trabalho, mas aumento do seu patrimônio coletivo, possibilitando a fidelização dos indivíduos nas suas relações com a comunidade. Apoiou e orientou o processo de organização e consolidação comunitária popular, e a cooperação. Revitalizou e fortificou as associações, que juntamente idealizaram a 1ª Festa do Camarão na Comunidade de Barra do Superagüi.

Notas

- 1 Estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizada associativamente em territórios, como arranjos socioproductivos e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços (SAMPAIO, 2011, p. 27).

Referências

ABRAMOVAY, R. Representatividade e inovação. *In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*, 1., 2005, Brasília. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/2005/CONDRAF_25_08_05.doc>. Acesso em: 10 de março de 2017.

ALCÂNTARA, L. C. S. *et al.* Desenvolvimento e relações de gênero: bem viver na construção de projetos alternativos de ação territorial. **Revista Pensamiento Actual**. Costa Rica, julho de 2017.

ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**. Ano 2, nº 5, 2º Semestre de 1999.

BRAMBATTI, L. E. O associativismo e a participação comunitária em Turismo. Texto apresentado no **Congresso de Desenvolvimento Regional** promovido pela Feevale, de 9 a 11 de novembro de 2006, 10p.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, nº 13, p. 111-145, junho de 1996.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. *In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Anablume, 2000.

CORIOLANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. *In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003, p. 13-27.

CUNHA, L. H. O. ROUGELLE, M. D. **Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental**: convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba (Paraná). São Paulo: USP. Estudo de Caso nº 2. 1989.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

ERBANO, C. P.; DIAS, R. Z. Reflexão: desafios e perspectivas de incubação de empreendimentos econômicos solidários na cadeia produtiva para o turismo em Jardim e Bonito – MS. *In: MORRETTI et al.*, (Org.). **Empreendimentos econômicos solidários e a relação com a cadeia produtiva do turismo nas regiões da Serra da Bodoquena e do Pantanal**. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2015, p. 29-48.

FARACO, L. F. D. **Vulnerabilidade de pescadores paranaenses às mudanças climáticas e os fatores que influenciam**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 2012, 260p.

GIAMPICCOLI, A.; SAAAYMAN, M.; JUGMOHAN, S. Developing community-based tourism in South Africa: Addressing the missing link. **African Journal for Physical Activity and Health Sciences**, v. 20, nº 3-2, 2014, pp. 1139–1161.

GRIMM, I. J.; PASCO, A. D.; SAMPAIO, C. A. C.; COUTINHO, G. Incubação e comunidade tradicionais: promover o turismo comunitário e o desenvolvimento territorial sustentável. *In: MORRETTI et al.*, (Org.). **Empreendimentos econômicos solidários e a relação com a cadeia produtiva do turismo nas regiões da Serra da Bodoquena e do Pantanal**. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2015, p. 73-94.

GRIMM I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Multiculturalismo, turismo e comunidades tradicionais: campo de coexistência e vivencialidade? III CONGRESSO DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA AMÉRICA LATINA (CEPIAL), Curitiba, 2012. **Anais eletrônicos**. Curitiba, UFPR, 2012. Disponível em: <http://cepal.org.br/inc/anais/eixo4/324_IsabelJuremaGrimm.pdf>. Acessado em: 02 de agosto de 2012.

HANAFIAH, M. H.; JAMALUDDIN, M. R.; ZULKIFLY, M. I. Local Community Attitude and Support towards Tourism Development in Tioman Island, Malaysia. *al. / Procedia – Social and Behavioral Sciences*, v. 105, 2013, pp. 792 – 800.

HIWASAKI, L. Community-based tourism: a pathway to sustainability for Japan's protected areas. **Society and Natural Resources**, vol 19, 2006, pp. 675 – 692.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paraná, Guaraqueçaba**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410950>>. Acesso em: 23 de março de 2017.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. **História da ITCP**. Disponível em: <http://www.itcp.ufpr.br/?page_id=413>. Acesso em: março de 2014.

MURPHY, P. E. **Tourism: A community approach**. Londres: Methuesen, 1995.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, nº 01 e 02, pp. 10–22, jan./dez. 2005.

SAMPAIO, C. A. *et al.* Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. *In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C.* (Orgs.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável**: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, 2011, p. 23-30.

SAMPAIO, C. A. C.; CECCATO, M.; MENDONÇA, Carlota; REHME, G. Slow city: como proposta de desenvolvimento territorial sustentável. II Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento, Chapecó, 2014. **Anais...**, Chapecó, 2014.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

